



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 926/2020
DE 22 DE JUNHO DE 2020

Altera dispositivos da Portaria Conjunta nº 584/2020 – Procuradoria Geral de Justiça e Corregedoria Geral do Ministério Público, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA e a CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 35, inciso I, “e”, e 38, inciso V, da Lei Complementar Estadual n. 02, de 12 de novembro de 1990;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 4 de fevereiro de 2020, que “Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)”, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a declaração da Organização Mundial da Saúde, em 11 de março, caracterizando o surto do novo coronavírus como pandemia, com a prospecção de aumento do número de casos, inclusive com risco à vida;

Considerando a expedição da Portaria Conjunta nº 584/2020, de 18 de março de 2020, que manteve o Gabinete de Acompanhamento de Crise no âmbito do Ministério Público de Sergipe, criado através da Portaria Conjunta n. 565/2020 de 16 de março de 2020, e deu outras providências sobre medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus, e ainda as alterações introduzidas pelas Portarias Conjuntas n. 807/2020 de 25 de maio de 2020 e 875/2020 de 10 de junho de 2020, todas do Ministério Público de Sergipe;

Considerando a expedição das Portarias do TJSE nº 12/2020, 13/2020, 19/2020, 31/2020 GP1, 39/2020 GP1, 46/2020 GP1 e 53/2020 GP1, que dispõem sobre medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus, diante da classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde.

Considerando a expedição da recente Portaria normativa nº 55/2020, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, a qual prorroga para o dia 15 de julho de 2020 o prazo de vigência previsto no artigo 1º da Portaria Conjunta nº 13/2020 GP1, alterada pelas Portarias



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Conjuntas nºs 16/2020 GP1, 19/2020 GP1, 31/2020 GP1, 39/2020 GP1, 46/2020 GP1 e 53/2020 GP1, permanecendo inalterados os demais termos do aludido ato normativo, mantidas as alterações que lhe são posteriores, tendo em vista a edição da Resolução nº 322, de 01 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

Considerando o teor do Decreto Estadual n. 40.560/2020, posteriormente atualizado pelos Decretos de n. 40.567/2020, 40.576/2020, 40.587/2020, 40.588/2020 e os mais recentes n. 40.591, 40.592, 40.598, 40.600, 40.605, 40.613, todos de 2020, que disciplinam as medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no Estado de Sergipe.

Considerando a edição do Decreto Estadual n. 40615, de 15 de junho de 2020, o qual reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e institui parâmetros para adoção do Sistema de Distanciamento Social Responsável - SDSR, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo coronavírus - COVID19, no âmbito do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

Considerando a necessidade do Ministério Público de Sergipe de compatibilizar os seus regramentos ao disposto nos atos mais recentes que disciplinam as medidas de enfrentamento e prevenção à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no Estado de Sergipe.

RESOLVEM:

Art. 1º. Os artigos 2º, *caput*, 3º, *caput*, 6º, *caput*, e 11, *caput*, da Portaria Conjunta nº 584/2020 alterados pela Portaria Conjunta n. 875/2020, de 10 de junho de 2020 – Procuradoria Geral de Justiça e Corregedoria Geral do Ministério Público – passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam suspensas as audiências dos procedimentos extrajudiciais até o dia 15 de julho de 2020, quando será novamente reavaliado o período de suspensão, salvo a possibilidade de se realizar o ato por videoconferência na forma regulamentada por ato próprio do Ministério Público do Estado de Sergipe e para os atos que visem a adoção de medidas urgentes para regularização dos serviços públicos e de utilidade pública, notadamente na área de saúde, educação, consumidor e segurança pública.

(...)

Art. 3º Fica suspenso o atendimento presencial pelos Procuradores e Promotores de Justiça que atuam nos fóruns, no Edifício-sede e nas subsedes do Ministério Público do Estado de Sergipe, até o dia 15 de julho de 2020.

(...)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 6º Fica autorizado, excepcionalmente, até o dia 15 de julho de 2020, respeitado o horário de expediente ordinário, o regime diferenciado de trabalho remoto de forma integral (home office) para os membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado de Sergipe, inclusive da Escola Superior do Ministério Público, ressalvados casos urgentes ou excepcionais, cuja presença do membro ou servidor do Ministério Público seja necessária.

(...)

Art. 11. As medidas contidas nesta Portaria, podem ser suspensas a qualquer momento, caso haja regressão da situação atualmente constatada ou serão revistas no dia 15 de julho do ano em curso, pela Procuradoria Geral de Justiça e pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe, no sentido de suas manutenções, alterações ou suspensão.”

Art. 2º. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria Conjunta n. 875/2020, mantendo-se, no que couber, as disposições das Portarias nº 565/2020, 584/2020 e 807/2020, ficando autorizado republicar a Portaria Conjunta nº 584/2020, consolidada com todas as alterações promovidas por este Ato.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Eduardo Barreto d'Avila Fontes
Procurador-Geral de Justiça

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg
Corregedora-Geral do Ministério Público